

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**
2 **SEDS/PR**
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**
5 **Palácio das Araucárias**
6 **CEP 80530-915**
7 **Curitiba - Paraná**
8



9 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**
10 **ATA DE ASSEMBLÉIA ORDINÁRIADO MÊS DE JUNHO (01/06/2012)**

11 **Nº 005/2012**

12 Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e doze (2012), às 8 h 30 min. em primeira
13 convocação, e às 9 h 00 com qualquer número de conselheiros presentes, no auditório do 7º
14 andar da Secretara de Estado da família e Desenvolvimento Social - SEDS, localizada no Palácio
15 das Araucárias à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n Centro Cívico em Curitiba – PR, realizou-se a
16 Assembleia Ordinária mensal do **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR**, para
17 qual os seus componentes foram previamente convocados. Na ocasião, estiveram presentes–
18 **Conselheiros Governamentais:** Ana Maria Macedo (Titular – SEDS), Eliane Mara Rebelo
19 (Titular – SEAB), Rodrigo Auffinger (Titular – COHAPAR), Nircélio Zabot (Suplente – SEDS), Sandra
20 Regina Costa (Titular – SETI), Carolina Kummer Trevisan (Titular – PGE), Rosangela Heinz
21 Gavinho Ferraz (Titular – SEPL), Gladys Tortato (Suplente – SEDS), Marcela Evangelista (Suplente
22 – SEDS), Larissa Marsolik Tissot (Titular SEDS), Marli Aparecida Batista Vaz (Titular – SETS),
23 Eunícia Aparecida Lohn (Suplente – SEJU), Mara Cristina Ferreira (Titular SEDS), Mariluz Zanin
24 Petry (Titular SEDS). • **Conselheiros da Sociedade Civil Organizada:** Pedro Lirio Hofmann
25 (Titular – Associação de Moradores de Encantado do Oeste), Aparecida Fernandes de Oliveira
26 (APAE/Peabiru), Patrick James Reason (Titular - Associação Beneficente Encontro com Deus),
27 Maria Cecília Monteiro Larcher Fantin (Titular - Conselho Regional de Psicologia/Pato Branco),
28 Christina Zehr (Titular – Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios), Ronan César da
29 Silva (Titular – APADEFI), Ana Cristina Duda (Titular – Associação Ministério Melhor Viver),
30 Teresinha Maria Wolff (Titular – CRESS). **Convidados/Ouvintes:** Vera Lúcia Pereira (FOREAS),
31 Maria de Fátima Fiebig (FOREAS), Ligiane Pereira (SEDS/CPSE), Carmen Zadra (SEDS/CPSE),
32 Ezequiel do Nascimento (Ministério Público), Renata M. Dos Santos (SEDS/CGS). As Comissões
33 Temáticas tiveram suas atividades realizadas no dia anterior (31 de maio), contando com a
34 presença dos Conselheiros inseridos no seus respectivos grupos. A abertura do evento se deu às
35 9h00 através da saudação da **Conselheira Presidente Maria Cecilia Fantin**, representante
36 do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região. Na sequência a pauta do dia foi colocada em
37 apreciação com a inserção dos possíveis acréscimos sugeridos pelos Conselheiros, a saber :- foi
38 apontado pela Secretária Executiva Helena N. Gimenez a necessidade de constar a aprovação
39 do relatório final da Conferência Estadual podendo o assunto ser discutido após o Relatório de
40 Gestão. Solicitou-se também a inclusão na pauta do of. Nº 12, procedente do Conselho Estadual
41 da Pessoa com Deficiência. Após tais considerações, a pauta foi considerada **aprovada**. Ouviu-
42 se da **Presidente Maria Cecília** a orientação de que para cada discussão serão abertas 5
43 inscrições e logo após será definido o encaminhamento, como forma de organizar os trabalhos.
44 Reforçou a **Conselheira Ana Maria Macedo**, da necessidade de todos usarem de objetividade
45 nas suas intervenções; para as colocações similares, evitar as possíveis repetições que gerarão

46 perda de tempo. O próximo ponto foi a apreciação da Ata, documento esse encaminhado em
47 tempo hábil e devolvido com as adequações sugeridas. • A ata referente a Assembleia Ordinária
48 de mês de maio foi considerada **APROVADA.** • **Informes da Secretaria Executiva Helena**
49 **Navarro Gimenez. Informes CEAS – JUNHO/2012 1)** Em 11 de maio de 2012, foi recebido o
50 ofício nº1832/2012 do Fundo Nacional de Assistência Social, solicitando informações referente à
51 execução do IGDE. **2)** No dia 25 de maio de 2012, foi recebido o ofício nº083/2012 do CNAS
52 sobre a transição do Centro de Referência da Mulher para o CREAS de Foz do Iguaçu e Sarandi.
53 **3)** No dia 25 de maio de 2012, foi recebido o ofício nº005/2012 do Conselho Estadual dos
54 Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – **COEDE**, com informações sobre o atraso na
55 emissão de credencial do passe livre. **4)** No dia 25 de maio, a conselheira Ozimara justificou a
56 sua ausência na reunião ordinária colocando sobre a sua dificuldade pela compra da passagem,
57 para posterior ressarcimento do Estado. **5)** A conselheira Elenir, encaminhou justificativa de
58 ausência na reunião ordinária, por conta também da sua dificuldade para comprar as passagens
59 terrestres para posterior ressarcimento financeiro do Estado. **6)** A conselheira titular da SEED
60 justificou a sua ausência e da suplente Delvana, devido à participação no V Encontro Nacional
61 dos Coordenadores Estaduais do PBF e CADunico que acontecera em São Paulo no período de
62 30/05 a 01/06. **7)** No dia 30/05 a Conselheira Edenilce justificou sua ausência na reunião, pois
63 está com atestado médico. Ela aproveitou a oportunidade p/ agradecer aos conselheiros e a
64 Secretaria pelo trabalho junto aos Conselhos. **8)** Entrega dos certificados de participação
65 referente ao ultimo biênio. • **Relato das comissões • Comissão de revisão da lei –**
66 **Relatora :- Conselheira Carolina Trevisan.** Ao iniciar o seu relato, a Conselheira e
67 Procuradora do Estado informou ter estabelecido um prazo para receber sugestões, passando
68 depois por todas as alterações substanciais e na sequência quando terminar de abordar todas
69 elas, fará uma explanação geral. Planeja-se concluir a minuta que **irá para o Núcleo Jurídico da**
70 **SEDS e posteriormente para a Assembleia.** No decorrer da apresentação dos artigos , algumas
71 sugestões partiram dos Conselheiros, a exemplo do **Conselheiro Patrick** que apontou a
72 necessidade de inserir a participação dos usuários, não constante da lei. • Aprovadas as
73 alterações realizadas no corpo da lei, considerou-se aprovada a proposta de alteração da Lei
74 para encaminhamento ao Núcleo Jurídico da Administração da SEDS e posteriormente,
75 Assembleia Legislativa - ALEP• Nesse momento a **Conselheira Ana Maria Macedo (SEDS) –**
76 desejou manifestar publicamente um agradecimento à Conselheira Carolina Trevisan pela
77 paciência e comprometimento dedicados ao estudo da lei. • **Relatório da Comissão de**
78 **Financiamento – Relatora Conselheira Marcela Evangelista - RELATÓRIO:** Verificada a
79 paridade da Comissão deu-se início a pauta. **01 – Expansão do Piso Fixo de Média**
80 **Complexidade para Centro Dia e Residência Inclusiva, ambos para Pessoas com**
81 **Deficiência.** A CPSE informou a Comissão que o MDS promoveu a expansão do Piso Fixo de
82 Média Complexidade para Centro Dia e Residência Inclusiva, ambos para Pessoas com
83 Deficiência e, que os municípios que aceitarem a expansão e tiverem seus planos de
84 reordenamento aprovados pelo MDS serão contemplados também com cofinanciamento
85 Estadual de 50% do valor cofinanciado pelo MDS. A fonte de recurso a ser utilizado para o
86 cofinanciamento é a 257 – DETRAN – Superávit 2011. PARECER DA COMISSÃO: APROVAD.
87 PARECER CEAS: APROVADO. **02 – Relato da Comissão de Reordenamento dos Serviços de**
88 **Acolhimento Institucional:** A Comissão apresentou o resultado das 3ª e 4ª reuniões e

89 encaminhará memória de reunião à Secretaria Executiva que repassará aos demais
90 Conselheiros. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. **03 – Ofício nº**
91 **1832/SNAS/MDS: Notificação acerca da execução do Incentivo ao Aprimoramento da**
92 **Gestão dos Estados e DF – IGE – Exercício de 2010.** A Conselheira Maria Cecília leu o
93 conteúdo do ofício, que foi protocolado nesta Secretaria em 09/05/12, e informou que devido ao
94 prazo concedido pelo MDS para resposta, de 15 dias improrrogáveis, foi encaminhado ofício nº
95 042/CEAS/PR em 18/05/12 com a documentação solicitada. PARECER DA COMISSÃO:
96 APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. **04 – Ofício nº 053/2012 CN/SE/CNAS: encaminha**
97 **relatório de entidades de assistência social certificadas ou com certificado válido no**
98 **exercício de 2011 e solicita informações.** O Conselho pauta a temática da acessibilidade, na
99 comissão do FEAS discutindo a deliberação de recursos para construção de CRAS no estado com
100 previsão de acessibilidade, o programa BPC na escola e plano de providências que preveem a
101 garantia de acessibilidade dos serviços socioassistenciais para essa população. PARECER DA
102 COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. **05 – Aprovação do Plano de Ação 2012:**
103 A SEDS estará preenchendo e enviando a etapa do Gestor do Plano de Ação até 15/06/12. A
104 partir de 16/06/12 a Secretaria Executiva acessará a etapa do Conselho e passará as perguntas
105 para todos os Conselheiros atuais referendarem o Plano de Ação, que será apresentado para
106 aprovação na plenária de Julho/12. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS:
107 APROVADO. **06 – Balancete de Abril 2012:** A técnica Marcela apresentou o Balancete de Abril
108 das Fontes do FEAS para ciência. PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS: APROVADO.
109 **07 – Critérios de partilha para Construção de CRAS.** As técnicas Louise do Núcleo de
110 Informações e Malvina da Proteção Social Básica, baseando-se no novo Censo SUAS 2011,
111 apresentaram novos critérios de partilha para Construção de novos CRAS, a partir de 01/07/12.
112 Considerando os seguintes índices: IPDM (Índice Iparde de Desempenho Municipal), IFGF
113 (Índice Firjan de Gestão Fiscal), percentual de extrema pobreza (IBGE). Tais índices combinados
114 formam uma análise fatorial com índice de 0 a 1, ranqueando os Municípios de todo o Estado. A
115 partir deste índice, utilizando-se dos filtros: Municípios que não possuem CRAS, Municípios com
116 CRAS somente alugado, Municípios somente com CRAS compartilhado, Municípios com
117 defasagem de CRAS utilizando-se no ranqueamento destes o pequeno porte 1 e 2, médio,
118 grande e metrópole. Sendo prioridade os municípios que não tem CRAS, seguidos pelos que são
119 alugados/compartilhados, e também que sejam observados a defasagem de atendimento nos
120 CRAS. Em ambos os casos os ER's deverão emitir parecer sobre a situação dos municípios
121 quanto a implantação do CRAS. Quando o recurso orçamentário estiver disponível, a CPSB será
122 informada e elencará os municípios que serão contemplados, seguindo os critérios
123 estabelecidos. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. **08 – Família**
124 **Paranaense: Utilização do superávit 2011.** A Unidade Técnica do Programa Família
125 Paranaense informou que há projetos enviados de 04 municípios para uso dos recursos do
126 superávit 2011, já deliberado pelo Conselho, e que será necessária ciência do CEAS para
127 aprovação dos projetos e dos planos de aplicação. Como todos os 30 projetos não chegaram e
128 devido ao prazo do período eleitoral, será necessário que seja indicado pelo Conselho 02
129 Conselheiros da Comissão, um governamental e outro não-governamental, para análise dos
130 Planos. Foram indicados Gladys Maria Tortato e Patrick Reason. PARECER DA COMISSÃO:
131 APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO.) • Balancete referente ao Fundo Estadual

132 (apresentação) (diversas fontes). Pediu a palavra o **Conselheiro Pedro Hoffmann**,
133 questionando o fato de que existiam recursos que poderiam ser utilizados pelo Conselho, para o
134 transporte dos Conselheiros para a cerimônia de posse da nova gestão. Obteve a resposta de
135 que tal assunto está sendo estudado pelo Núcleo Jurídico da SEDS, a cargo do Procurador do
136 Estado Dr. Joel Samways Neto. Num momento seguinte a técnica **Gladys Tortato** (SEDS)
137 informou aos Conselheiros ter assumido a **Coordenação de Proteção Básica** até então levada
138 a frente pela técnica **Letícia Reis**. Essa doravante irá coordenar o Programa Família
139 Paranaense, que foi ampliado de forma expressiva e necessitava ser trabalhado com equipe
140 própria. Entre algumas discussões expostas, a **Técnica Letícia Reis** ressaltou as prioridades
141 que necessitam ser observadas, quanto à escolha dos Municípios que deverão receber CRAS
142 distribuídos em três grupos :- 1º) aqueles que não possuem CRAS 2º) – os Municípios que tem
143 mas são alugados ou compartilhados com outras estruturas – 3º) aqueles que possuem CRAS
144 mas devido à população maior em condições de pobreza, justificam a necessidade da
145 implantação de mais um. Diante de outras opiniões surgidas que apontavam outros índices,
146 **Letícia Reis** reforçou que a proposta inicial era priorizar igualmente esses 3 grupos e o
147 Conselho definiria, porém, enquanto participante do processo, não poderia se furtar de colocar
148 tais questões. Alguns debates ocorreram e esclarecimentos foram prestados pela técnica
149 Malvina, sobre o ranqueamento que está sendo elaborado em relação aos municípios. Pela
150 experiência dos últimos tempos, o cenário já é outro pois as metrópoles possuem uma
151 defasagem maior do que os municípios de pequeno porte. O **Conselheiro Ronan** (Regional de
152 Irati) desejou saber o custo real de cada m² de construção de um CRAS, avaliando que se esses
153 recursos fossem melhor gerenciados, seria possível aumentar o número de construções. Foi
154 citado pela **Conselheira Presidente** que a opinião do Conselheiro é válida, porém nesse
155 momento o que se define são os critérios de partilha. Esclarecendo, a **Conselheira Marcela**
156 **Evangelista** pontuou que esses valores serão ainda buscados: o custo da construção de um
157 CRAS hoje aproxima-se de 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais). **A técnica Larissa (SEDS)**
158 fez algumas considerações a respeito do que foi discutido na reunião da CIB, sobre a questão da
159 construção da CRAS, lembrando que o Conselho estava voltando os olhos numa direção até a
160 última plenária e hoje mudou de foco. Foi lembrado pela **Conselheira Presidente**, da
161 importante missão que os atuais Conselheiros terão, para com aqueles que iniciarão a gestão.
162 São muitas as informações que precisarão serem repassadas para dar continuidade aos
163 trabalhos. Ao longo dessa dinâmica de análises, foi dito que outras discussões deverão ser
164 somadas, e o assunto não está finalizado, respeitando-se o que foi determinado pela Comissão.
165 Finalizando os trabalhos da manhã, a **Conselheira Presidente Maria Cecilia**, registrou a
166 presença de uma representante da Secretaria de Estado da Educação, mais as convidadas do
167 Fórum da Regional de Ponta Grossa. Retirando-se da Assembleia, a **Conselheira Carolina**
168 **Trevisan** apresentou suas despedidas, informando que no período da tarde será substituída por
169 sua suplente. • **Intervalo para o almoço** • Retomada das atividades (período da tarde). O
170 próximo assunto abordado foi o relatório da **Comissão de Comunicação, Articulação e**
171 **Mobilização – Relatora :- Larissa Marsolik Tissot** **1) CapacitaSUAS:** O CNAS em 16 de
172 Março de 2012, através da Resolução nº 08, institui o Programa Nacional de Capacitação do
173 SUAS – CapacitaSUAS. Trata-se de um cofinanciamento para os estados e Distrito Federal
174 executar 2 (dois) cursos este ano, de acordo com as demandas nacionais, mas também levando

175 em consideração as peculiaridades estaduais. O número de vagas por estado foi definido de
176 acordo com a proporção de trabalhadores do SUAS.

177 Seguindo este critério foi destinado para o Paraná 2030 vagas. A SEDS tinha a opção de aceitar
178 o número total ou indicar um número menor, fazendo a adesão entre 20 a 31 de maio de 2012.
179 FOI FIRMADO O TERMO DE ACEITE PARA 2030 VAGAS. O valor do recurso a ser repassado é
180 calculado pelo número de vagas aceita. Na composição do valor foram usados dois critérios que
181 acrescentariam o valor base de R\$ 600,00 por capacitando. Um dos critérios era apresentar ao
182 MDS o Plano Estadual de Capacitação – PEC até 20/05/12, o qual foi apresentado, sendo assim
183 acrescentaria 15% no valor base por capacitando, logo temos garantido no mínimo R\$ 690,00
184 por capacitando, o que resulta em no mínimo R\$ 1.400.700,00. Outro critério era o estado ter
185 atingido no mínimo 95% dos municípios com preenchimento no Censo SUAS Gestão Municipal e
186 Conselhos 2011. O MDS está apurando esta taxa. Os cursos a serem executados serão
187 formatados pelo MDS e remetidos aos estados, os quais poderão incluir conteúdos e público,
188 devendo retornar ao MDS para aprovação das alterações. De acordo com o capítulo
189 Metodologia para 2012 do Programa CapacitaSUAS serão dois cursos este ano. Um deles será
190 uma capacitação introdutória, de nivelamento, para as equipes do CRAS que estão
191 desenvolvendo serviços volantes, equipes do CRAS e CREAS que receberam cofinanciamento
192 federal em 2011 e 2012, componentes do Plano Brasil Sem Miséria. O outro curso é de
193 atualização e abordará os temas ou um dos temas: Vigilância Social, Gestão do Trabalho, Rede
194 SUAS e seus aplicativos, Gestão Financeira, Controle Social, Planejamento, Gestão de
195 Equipamentos Públicos, Regulação, Indicadores, Monitoramento e Avaliação. O CEAS tem entre
196 01 a 11 de junho de 2012 para aprovar no sistema da rede SUAS o termo de aceite do Estado ao
197 programa. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER DO CEAS: APROVADO. **2) - Plano**
198 **Estadual de Capacitação.** Dia 05 de julho haverá um pregão eletrônico de todo o bloco das
199 capacitações. Valor da Licitação aproximado é de R\$ 2.800.000,00. Caso não haja recurso ou
200 impugnação, em julho se inicia a capacitação de Controle Social e desencadeará todas as
201 demais ações de capacitação (Controle Social: quase 500 inscrições faltando aproximadamente
202 1.300 inscrições). O CEAS como um todo deverá ajudar na mobilização nas regiões. PARECER
203 DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER DA PLENÁRIA: CIENTE. **3) - Dúvidas de funcionamento**
204 **FOREAS.** Foram recebidos e-mails de Pitanga e Cornélio Procópio sobre procedimento para
205 implantação dos FOREAs. Sugestão: que se remeta a coordenação da Gestão do SUAS através
206 dos Escritórios Regionais para instruir tais respostas até a próxima reunião, juntamente com o
207 apoio e encaminhamento dos Conselheiros sobre as informações pertinentes aos FOREAS ativos
208 em suas regiões, a qual deverão ser encaminhadas por e-mail, até 20/06/2012. PARECER DA
209 COMISSÃO: APROVADO. PARECER DO CEAS: APROVADO. **4) - Memorando da Secretaria**
210 **Municipal de Balsa Nova.** O CEAS deliberou na reunião de 12/04 sobre a solicitação dos
211 decretos, cópia de ata das últimas 3 reuniões e decreto de nomeação dos Conselheiros, que
212 comprovasse o funcionamento do CMAS do referido município. No dia 31/05 foi apresentado a
213 devida documentação. Mesmo assim a Comissão solicita parecer do ER sobre tal funcionamento.
214 PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER DO CEAS: APROVADO. **5) - Solicitação Rede**
215 **Marista de Solidariedade.** Conforme pedido para que este Conselho colabore prestando
216 entrevista sobre a rede voltada a crianças e adolescentes em situação de uso e abuso de
217 drogas, sugerimos submeter a plenária o referido pedido à presidente e vice-presidente do

218 Conselho. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER DO CEAS: APROVADO a indicação do
219 Conselheiro Patrick. **6) - Ofício nº 053/2012 – CNAS.** Ficou pendente o item 3 – acessibilidade
220 e acesso a pessoas com deficiência aos serviços e benefícios socioassistenciais. A Comissão
221 entende que não existe este tipo de debate específico, mas sim como um todo, da política de
222 assistência social. A Comissão sugere que a SEDS deverá realizar um levantamento de dados a
223 partir das bases existentes que conste o número de deficientes físicos no Estado/nº de
224 deficientes que recebem benefícios socioassistenciais a fim fomentar as discussões, bem como
225 este tema seja pautado na Comissão de Políticas Sociais. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO.
226 PARECER DO CEAS: APROVADO. **7) - Resultado do Censo Conselhos 2010/Pendências CIB
227 e PMAS.** A Comissão discutiu a necessidade, a partir do documento Orientações aos CEAS para
228 implantação de comissão de acompanhamento dos CMAS, em organizar uma Comissão
229 Permanente no CEAS de acompanhamento aos CMAS. Entende-se que se faz necessária a sua
230 alteração no regimento interno. Ainda a partir dos dados apresentados pela CIB em relação aos
231 Planos de Providência/Habilitação, conforme Resolução CIB 006/2012, solicitar esclarecimentos
232 sobre o efetivo funcionamento dos Conselhos nos municípios relacionados, a partir da pendência
233 específica. Ainda, a partir dos dados do CENSO Conselho 2010 que indicam que 2% dos CMAS
234 possuem representantes da sociedade civil indicados pelo poder público, entende-se que se faz
235 necessário esclarecimentos e providências. **Sugestão à Plenária: A)** Quanto à instituição da
236 Comissão de Acompanhamento dos CMAS, alterar o Regimento Interno do CEAS para a
237 instituição da comissão permanente conforme preconiza o documento do CNAS; bem como
238 manter provisoriamente a referida Comissão até que ocorra a alteração do Regimento; B) Que o
239 CEAS solicite aos municípios, com cópia para os Escritórios Regionais, esclarecimentos
240 referentes as providências que estão sendo tomadas pelos municípios em relação as pendências
241 da CIB sobre o funcionamento dos CMAS. C) Que o CEAS solicite, com cópia para os Escritórios
242 Regionais, esclarecimentos e providências aos Conselhos Municipais de Esperança Nova, Godoy
243 Moreira, Luiziana, Nova América da Colina, Paranacity, Perobal, Ribeirão do Pinhal e Tapira
244 quanto à representação da sociedade civil ser indicada pelo poder público, conforme consta nos
245 dados do CENSO SUAS – Conselhos 2010. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER DO
246 CEAS: APROVADO. **PARECER DA PLENÁRIA: APROVADO.** Nesse meio tempo, a Conselheira e
247 técnica da SEDS **Larissa M. Tissot** informou que ainda não se tem informações referentes à
248 capacitação, uma vez que o MDS fará o repasse de um pacote fechado, sendo possível
249 acrescentar características próprias do Estado. Será necessário licitar ou conveniar até onde a
250 Resolução do CNAS indica, todas as Instituições de Ensino Superior conveniadas ao MDS. Irão
251 abrir a partir da 2ª quinzena de junho, um processo de integração com as Universidades
252 mediante um cadastro, mesmo que a instituição seja pública. Disse acreditar que trata-se de um
253 curso presidencial ou semi - presencial ; a previsão do MDS será o repasse de recursos ocorrer
254 entre agosto e setembro/2012. Assim, o Estado provavelmente irá utilizá-los a partir do final do
255 ano ou no ano que vem. A Secretária de Estado da Família, Fernanda Richa já autorizou a
256 adesão à rede SUAS, comprometendo-se o Estado a acatar uma série de responsabilidades
257 contidas na Resolução do CNAS. O próximo passo será a Presidência do Conselho ou a
258 Secretaria Executiva autorizarem, utilizando-se da senha e login do CEAS/PR, entrar no sistema
259 em tempo hábil para validar o Termo de Aceite do CapacitaSUAS. Assim, colocou para a
260 Presidência a necessária aprovação. Nesse momento, a Secretária Executiva Helena informou já

261 ter solicitado a rede SUAS, o envio da senha necessária. Diante disso A **Conselheira Larissa**
262 colocou-se à disposição, para junto com Helena Gimenez providenciarem o aceite definitivo.
263 Referindo-se a capacitação sobre Controle Social, foi informado que tem-se preenchidas 500
264 inscrições das 1.300 disponíveis. Foi solicitado aos Conselheiros que auxiliem na mobilização
265 nas suas regiões. Caso não ocorram maiores problemas, o curso de controle social, iniciará em
266 julho, sendo sequentes todas as demais capacitações já planejadas anteriormente. Segundo a
267 **Presidente Maria Cecília**, a grande dificuldade é a incerteza do período de realização,
268 considerando que o mês de julho é o período de férias escolares. . Pediu a palavra o
269 **Conselheiro Patrick Reason**, voltando a mencionar que se esgotou o tempo para as
270 inscrições. Assim, renovou a sugestão para remanejar as vagas restantes, beneficiando os
271 Fóruns Regionais. A **Conselheira Larissa** informou que o Conselho poderá proceder a
272 articulação necessária e o importante, na verdade, é ter esse comprometimento. As
273 companheiras dos Fóruns devem buscar as informações, não esquecendo do fortalecimento dos
274 Escritórios Regionais, como um dos pontos necessários para se ter uma juntada de informações
275 que serão úteis para futuras discussões (organização de FOREAS). O **Conselheiro Patrick**
276 solicitou que ao se preparar os kits informativos, sejam encaminhados tanto para os
277 Conselheiros novos como também para os antigos, já que oportunidades surgirão para que se
278 trabalhe os Fóruns de cada região. Nesse momento, a **Conselheira Ana Maria – SEDS** veio a
279 questionar o que caberia à Secretaria nesse processo. Tornou efetivo o esclarecimento, quando
280 a **Conselheira Larissa** afirmou que trata-se de um dos compromissos do pacto de
281 aprimoramento da gestão dessa Secretaria, para com o MDS e a Sociedade Civil. Assim, para o
282 fortalecimento dos Fóruns, a SEDS tem um compromisso fundamental de articulação e de
283 buscar junto à Secretaria Executiva, o número de Fóruns que hoje estão ativos, coletando as
284 informações necessárias para repassar às regiões solicitantes. Voltou a **Conselheira Ana**
285 **Maria** (SEDS) informando que em ocasião anterior, a Secretaria já havia tentado efetuar esse
286 levantamento que acabou sendo infrutífero. Continuou a **Conselheira Ana Maria** pontuando que a
287 questão dos Fóruns tem sido trazida à tona já por diversas vezes; reforçou que a SEDS não
288 deveria assumir esse papel que na verdade não é seu. Esclarecendo, **Conselheira Larissa**
289 afirmou que em momento algum a Comissão definiu que a SEDS articulasse espaços ou regiões
290 que não se encontram articulados. O que se pleiteia é que os Escritórios Regionais procedam um
291 levantamento das Regiões onde existem Fórum ativo e busquem os instrumentos utilizados para
292 a sua organização. Naturalmente espera-se a colaboração dos Conselheiros, no sentido de
293 municiar a Secretaria Executiva com informações, as mais fiéis possíveis. Voltou a **Conselheira**
294 **Ana Maria** reafirmando que tal ação não é prerrogativa do órgão gestor, em fazer um
295 movimento que é afeto à Sociedade Civil. Lembrou que para realizar o levantamento das
296 pessoas com deficiência no Estado, a SEDS precisou desenvolver um sistema, levando cerca de
297 8 meses. Se já existe algo semelhante, não há necessidade de novo levantamento. Replicou a
298 **Conselheira Cidinha**, colocando que tal assunto apareceu na comissão quando se discutia
299 acessibilidade e serviços socioassistenciais. Disse acreditar que tal assunto merece uma
300 atenção maior desse Conselho, não sendo meramente um levantamento estatístico. Afirmou o
301 Conselheiro Ronan colocando que esse assunto foi amplamente discutido. Assim bastará apenas
302 adequar o texto. Sugeriu a **Conselheira Larissa** que se indique nessa resposta ao CNAS que o
303 Conselho já está pautando essa discussão, utilizando as fontes existentes. **Comissão de**

304 **Documentação e Rede Socioassistencial - Relator:** - Rodrigo Auffinger – (Cohapar).
305 **Relatório: 1 - Minuta de Nota Técnica sobre adequação das Leis Municipais.** - A
306 Comissão recebeu a informação da Secretária Executiva do CEAS que já iniciaram os estudos
307 sobre a minuta de elaboração de Lei Municipal que institui o Sistema Único de Assistência
308 Social, assim pretende-se apresentar na próxima reunião uma proposta sobre o assunto. **2 -**
309 **Minuta de Nota Técnica sobre o fluxo de recurso de indeferimento das entidades**
310 **pelos CMAS (Deliberação 004/2012 CEAS/PR).** A Comissão realizou a leitura da Deliberação
311 004/12 do CEAS e a proposta de fluxo de Recursos de indeferimento e cancelamento de
312 inscrição das entidades no CMAS. Com relação a proposta de fluxo, sugeriu que o documento
313 seja caracterizado como nota técnica, além dos pontos essenciais que deverão conter no
314 Formulário de Recurso. Como o documento não está finalizado será enviado para todos os
315 membros para análise e contribuições e posterior aprovação. Lembrando que este fluxo será
316 ponto de pauta na próxima reunião da comissão. Encaminhamento da Comissão: correção do
317 art. 2º da Deliberação nº 004/2012, trocar o texto: “referendar a decisão tomada pelo CEAS” por
318 “referendar a decisão tomada pelo CMAS”. **3 - Orientações para elaboração de Projeto**
319 **para a construção de CRAS.** Conforme reunião ordinária do mês de maio foi encaminhada
320 aos Conselheiros para apreciação às orientações sobre a proposta para a construção de Centro
321 de Referência de Assistência Social - CRAS que será disponibilizado no site CEAS e ou da SEDS,
322 de maneira que os municípios elegíveis para o cofinanciamento estadual para construção de
323 CRAS possam acessar as informações. Não houve contribuições, assim entendemos que a
324 proposta está de acordo, necessitando apenas de deliberação. **4 - Ofício nº053/2012**
325 **CN/SE/CNAS: encaminha relatório de entidades de assistência social certificadas ou**
326 **com certificado válido no exercício de 2011 e solicita informações.** A Comissão
327 entende que as discussões sobre a acessibilidade não estão acontecendo porém existe uma
328 real preocupação em fomentar o debate. **5 - Ofício nº23/2012 do CMAS de Umuarama.** Em
329 resposta ao ofício 23/2012 do CMAS de Umuarama verificamos que o Conselho do Município
330 esteve analisando corretamente a área de atuação da entidade. Para cadastro no Sistema IES a
331 entidade para solicitar inclusão ou renovação do registro e deverá preencher o formulário
332 adequado à sua caracterização (mantenedora, executora, mantenedora/executora) que se
333 encontra disponível online no sistema de Informação de Entidades Sociais
334 (<http://www.familia.pr.gov.br>); Enviá-lo juntamente com todos os documentos solicitados no
335 formulário ao Escritório Regional em que seu município pertence. Além de todos os documentos
336 exigidos no cadastro de entidades, as entidades que prestam serviços socioassistenciais
337 (tipificados) deverão apresentar cópia da inscrição no CMAS de seu respectivo município. Para
338 as demais entidades que prestam serviços em outras políticas (Saúde, Educação, Esporte, etc)
339 as mesmas ficam isentas apenas da inscrição no CMAS, porém deverão apresentar a Lei de
340 Utilidade Pública Estadual, juntamente com os demais documentos. **6 - Inclusão de pauta -**
341 **ofício nº 11/2012 do Conselho Municipal de Nova Esperança.** Segundo o entendimento
342 da Comissão o Conselho Municipal tem autonomia de orientar e fiscalizar a rede
343 socioassistencial, bem como, inscrever as entidades quando estiverem de acordo com as
344 regulamentações previstas desta política. Desta forma, se o CMAS de Nova Esperança
345 entendeu, após análise documental e visita à entidade APAE, que esta não presta serviços
346 socioassistenciais o Conselho Estadual referenda a decisão do Conselho Municipal de Nova

347 Esperança. Parecer da Plenária: APROVADO. Em meio as discussões, pediu a palavra a
348 **Conselheira Sandra** pontuando ter percebido que alguns assuntos já foram discutidos
349 inúmeras vezes. Questionou se existiria uma forma de padronizar algumas demandas que se
350 repetem, cujas conclusões sempre saem diferentes. Ponderou a **Conselheira Presidente** que
351 mesmo os atuais Conselheiros levaram pelo menos a metade da sua gestão para entender que
352 esse cadastro não é da Política de Assistência Social. Já a **Secretária Executiva Helena**
353 considerou que é necessário encaminhar direcionamentos mais claros, enquadrando os
354 municípios dentro dessas normativas. Segundo a **Conselheira Cidinha** é muito sério dar um
355 parecer favorável que implicará no desempenho das instituições e no benefício a ser
356 direcionado aos usuários dos serviços. Nesse momento, a Assessora Técnica da SEDS, **Ana**
357 **Maria Macedo** solicitou a atenção dos Conselheiros, trazendo os agradecimentos da Sra.
358 Secretária da Família Fernanda Richa, a todos que nessa data encerravam o seu mandato. O
359 trabalho e o comprometimento sem dúvida, foram fundamentais para contribuir no avanço da
360 Política. Em seu próprio nome e de toda a equipe técnica da SEDS, a **Conselheira Ana Maria**
361 renovou os agradecimentos a todos os componentes do Colegiado. • **Comissão do Fundo –**
362 **Relatora :- Conselheira Marcela Evangelista.** Em um momento de reavaliação, a
363 representante do FOREAS da região de Ponta Grossa, **Maria de Fátima J.Fiebig** fez um
364 pronunciamento, deixando patente o excelente trabalho desenvolvido naquela região pela
365 **Conselheira Ana Cristina Duda**, exercendo a sua função com comprometimento e dedicação.
366 (APLAUSOS). Na sequência da sua explanação, a **Conselheira Marcela Evangelista** (Setor
367 Financeiro da SEDS), informou também que o processo referente ao Programa Família
368 Paranaense está sendo encaminhado para obter a autorização do Senhor Governador do Estado.
369 Foi a vez da técnica e Conselheira **Letícia Reis**, informar da necessidade do CEAS/PR aprovar
370 nota técnica, que deverá ser anexada a Deliberação, a ser remetida aos Escritórios Regionais e
371 Municípios. Atendendo sugestão do Núcleo Jurídico da SEDS, os Conselheiros poderiam assinar
372 essa orientação técnica, cujo conteúdo foi muito debatido nos trabalhos da comissão. •
373 **Aprovado • Comissão de Políticos Sociais – Relatora Conselheira Aparecida de Oliveira**
374 **• Aprovado o relatório de Comissão • Comissão da Frente Parlamentar – Conselheiro**
375 **Relator Patrick Reason – Relatório:** No dia 30 de maio de 2012 os Conselheiros Larissa e
376 Patrick, juntamente com a Secretária Executiva Helena, se encontraram com a Deputada
377 Estadual Marla Tureck (PSD) membro da Frente Parlamentar de Assistência Social do Paraná,
378 para solicitar auxílio na articulação de ações diante da Assembleia Legislativa. A Deputada foi
379 esclarecida sobre os novos avanços da Política de Assistência Social (aprovação da Lei SUAS
380 2011) e informada sobre o cenário atual do orçamento de Assistência Social no Estado e das
381 emendas parlamentares. A Deputada relatou que ela encontrou com o Assessor Parlamentar da
382 SEDS, Luiz Gatti, e reafirmou seu compromisso com a política. Pediu inclusive que fosse
383 agendada uma reunião com a Secretária da SEDS e o CEAS para aprofundar as ações diante da
384 Assembleia Legislativa. Parecer da Plenária: APROVADO. – **Aprovado o relatório • Relatório**
385 **de gestão 2010/2012 – CEAS/PR • Aprovado o relatório • Relatório final da IX**
386 **Conferência Estadual.** Enviado por e-mail aos Conselheiros, para possíveis contribuições.
387 Referendada a aprovação do relatório • **Relatório da Comissão Intersetorial de**
388 **Convivência a Familiar e Comunitária** - A Secretária Executiva Helena procedeu a leitura do
389 ofício do COEDE, referente ao atraso na emissão do Passe livre para pessoas com deficiência,

390 cuja triagem é de competência dos CRAS. Sugestão da **Conselheira Sandra**: informar o
391 Ministério Público. Nesse momento, a **Conselheira Gladys** despediu-se dos integrantes desse
392 Colegiado, enaltecendo a feliz oportunidade de atuar em parceria com esse grupo. Aproveitou a
393 oportunidade, para informar a todos, sobre a inauguração do CRAS do Município de Inácio
394 Martins – dia 05/05, as 14:30 horas. **Composição do CEAS/ PR – representações da**
395 **Sociedade Civil Organizada**. Entre outros assuntos, a **Conselheira Presidente Maria**
396 **Cecília**, apresentou na tela um quadro com a relação dos novos conselheiros por macro-região,
397 Escritório Regional e entidade/órgão/segmento que representa. Verificado que há alguns dados
398 em abertos que podem ser resolvidos pela Secretaria Executiva. Comentou ser frustrante
399 constatar que há 2 anos atrás, em 2010, o CEAS/PR já vivenciava as dificuldades existentes para
400 resolver as questões das passagens dos Conselheiros. O ano é 2013 e tudo se repete, com a
401 questão das passagens apenas esclarecida porém não resolvida. Complementou o **Conselheiro**
402 **Patrick** citando que até então pedia-se a presença dos Conselheiros antigos na posse e
403 recentemente soube-se que nem os suplentes estarão presentes. • **Relato da Comissão**
404 **Intersectorial de convivência Familiar e Comunitária • Família Paranaense – Técnica**
405 **Letícia Reis**. Foi comunicado aos Conselheiros que o Município de Inácio Martins irá assinar a
406 adesão à proposta metodológica do Programa. Com crescente iniciativa, constatou-se que cerca
407 de 25 municípios encaminharam ofício para a referida adesão. Estão sendo organizadas diversas
408 reuniões descentralizadas, com o objetivo de fomentar a criação e implantação dos Comitês
409 Regionais, Municipais e locais do programa. Já ocorreu a primeira delas na Regional de Ponta
410 Grossa, com a adesão desse bloco inicial. São Municípios que terão investimentos do Fundo
411 Estadual, como também de outras Secretarias. Atualmente, já estão sendo encaminhadas as
412 listagens das famílias identificadas em maior grau de vulnerabilidade social, para que os
413 municípios procedem a busca ativa. A meta é que pelo menos 1/3 dessas famílias sejam
414 incluídas no programa, até se chegar ao número de 5 mil no ano de 2012. Abriu-se um edital
415 para recursos do FIA, destinado às famílias de adolescentes internados – piso proporcional ao
416 número de adolescentes existentes em atendimento (AFAI – Atenção às famílias de adolescentes
417 internados, numa lógica intersectorial, montando Comitês Locais). A média do período de
418 internação varia de 6 meses a 1 ano e meio e a duração desse projeto é para 1 ano, porém o
419 acompanhamento poderá estender-se. Esforços estão sendo levados a efeito no sentido de se
420 pleitear recursos de outras esferas, incluindo o BID, para permitir o avanço desse programa. Já
421 se tem a certeza de que quando o adolescente é desinternado, nem sempre a família está
422 suficientemente preparada para recebê-lo, o que poderá trazer consequências graves e até a
423 própria reincidência. Dando sequência aos trabalhos, foi a vez da manifestação do **Conselheiro**
424 **Nircélio**, que solicitou o apoio dos Conselheiros no sentido de mobilizar os municípios
425 objetivando fazer efetivamente o acompanhamento na saúde, uma importante condicionalidade
426 do Bolsa Família. Sabe-se que as Prefeituras são responsáveis pelo acompanhamento semestral
427 através do SISAN e o consequente relatório informativo. No entanto, descobriu-se que cerca de
428 35 municípios não estão fazendo uma boa gestão (zero de informação) e a consequência será a
429 perda do apoio financeiro. Por outro lado, um número de 32 municípios estão com índice inferior
430 a 20%, somando-se então aos penalizados. O **Conselheiro Nircélio** referendou o seu pedido de
431 colaboração, repassando a listagem desses municípios, para as providências cabíveis. Outro
432 informe cujo assunto já foi discutido, trata das instâncias municipais de acompanhamento e

433 controle do Bolsa Família. Os formulários já foram encaminhados por e-mail, com devolução
434 determinada. Segundo foi informado, um estudo foi promovido pelo Ministério, concluindo que
435 ao comparar dados do Censo de 2010, cerca de 187 municípios teriam vagas para inserir
436 famílias no Programa e não o fazem devido a cadastros desatualizados ou inexistentes. Sabe-se
437 que esses cadastros tem uma validade de apenas 24 meses, quando então deverão ser
438 atualizados. Pedindo a palavra, a **Conselheira Larissa Tissot** relatou ter participado de
439 Conferências Regionais e da Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente como integrante
440 do CEAS/PR e tinha-se apenas 4 vagas para Conselhos Setoriais. Avaliou a premente
441 necessidade de se promover ações de articulação com as demais políticas setoriais, estreitando
442 laços com o CEDCA/PR. Aproveitando ser esse o próximo ponto de pauta, a conselheira Maria
443 Cecília expôs um breve relato sobre a participação no processo das Conferências da Criança,
444 informando que atuou na comissão organizadora das etapas municipal e regional, e veio como
445 delegada do CMDDCA na Estadual. Destaca que não tem objetivo de fazer uma avaliação, pois
446 isso é competência e com certeza já estão sendo tabulados os dados pelo CEDCA. Porém faz
447 questão de colocar um sentimento que teve durante a participação e isso é também uma
448 preocupação: de quanto a conferência nas suas discussões, debates, participantes esteve
449 distante da política de assistência social. As propostas analisadas e aprovadas eram,
450 principalmente os do eixo de protagonismo e participação de crianças e adolescentes, eram
451 mais ligadas a educação e também de saúde mental. Finaliza informando que foi eleita
452 delegada para participar da etapa nacional, em julho. Assegurou o **Conselheiro Patrick** que
453 vários instrumentos faltaram, porém o preponderante seria a discussão sobre o plano Decenal.
454 Considerou também a total ausência de usuários da Proteção Social Especial nessa Conferência
455 bem como a abordagem sobre acolhimento institucional. As pessoas que comparecem a uma
456 Conferência, pretendem levar expressivas informações, em caso contrário são tomadas por
457 frustração e conseqüente descrédito. • **Informes:** - A **Conselheira Presidente Maria Cecília**
458 colocou que a Campanha do dia 18 de maio no seu Município foi desencadeada pelo CMDCA e
459 ao final da tarde contou com uma mesa Redonda da qual participaram uma Juíza, Promotora e
460 Conselheira Tutelar. Considerando os aspectos mencionados, ouviu-se a fala da **Assistente**
461 **Social Neiva**, técnica da Coordenadoria de Proteção Social Especial da SEDS. No seu papel,
462 informou ter acompanhado todo o processo de mobilização junto à Comissão Estadual de
463 enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes, e o quanto esse dia seria ilustrativo
464 para iniciar uma Campanha Permanente. Valorizando os objetivos, relatou terem sido realizados
465 três eventos Regionais: em Paranaguá, Foz do Iguaçu e Curitiba, esse último considerado de
466 maior relevância, tendo em vista o lançamento da Cartilha: - **“Solte a sua voz”**, uma
467 promoção das Secretarias de Estado da Saúde e Família. Naquela oportunidade, ocorreu
468 também a assinatura do Protocolo de Intenções com a participação de vários Secretários de
469 Estado. Em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, planejou-se uma semana inteira de
470 atividades abordando essa prevenção, com a adesão de muitos Municípios e Escritórios
471 Regionais. A par disso, está planejada a realização de uma Web Conferência, no próximo dia 5
472 de junho, no período da tarde, na Secretaria de Estado da Saúde, com a participação do
473 Promotor Murilo Digiácomo e Dra. Margareth de Matos (Procuradoria do Trabalho) – Dia 12/06 –
474 Dia do enfrentamento ao trabalho infantil. O objetivo geral dessas ações será fortalecer o
475 lançamento das Comissões Regionais de enfrentamento às violências contra crianças e

476 adolescentes. • **Expansões PAIF/ equipes volantes de 2011 e 2012 Técnica Malvina.**
477 **Dados repassados:** - 397 municípios entraram em Plano de Providências - CRAS – Desses 70
478 terão prazo até 29/06, 37 municípios até 28/09. Dos 397, 287 já tiveram suas pendências já
479 resolvidas (de 2009). Em 2010 -322 aderiram ao Plano, 51 não responderam, 119 estão em
480 plano e 268 já registraram pendências. • **Programa BPC na Escola:** Processo de adesão do
481 BPC – 26 municípios fizeram adesão e 62 fizeram renovação. Web Conferência agendada para
482 19/06, ofertada para os técnicos dos Escritórios Regionais, com a participação de representante
483 do MDS, do Departamento de Benefícios Assistenciais. O evento será transmitido através da
484 SEDS. • **Pró- Jovem Adolescente.** No Paraná, 94 municípios possuíam jovens revinculados
485 indevidamente; no ano passado, participaram do programa por mais 6 meses, o que não é
486 permitido. - Prorrogado o prazo para o cadastro de coletivos até 28/06, após essa data serão
487 cancelados. Total de 41 municípios nessa situação. • **CONSOCIAL** – Retirado da pauta. Segundo
488 a Secretária Executiva Helena, a Conselheira Lucimeri Sampaio Bezerra não deu retorno sobre o
489 assunto. Nesse momento, o Conselheiro Rodrigo (COHAPAR), informou que a Conselheira
490 Lucimeri teve a sua participação no Conselho inviabilizada, tendo em vista ser a responsável
491 pela entrega das casas da Companhia de Habitação. • **Informes da CIB e CIT** – serão
492 encaminhados aos Conselheiros via e-mail. • **Encerramento:** ao final da Assembléia, a
493 Secretária Executiva Helena manifestou um agradecimento efusivo a todos os Conselheiros que
494 estão em final de mandato, pela paciência, compreensão e comprometimento, visando o
495 fortalecimento da Política de Assistência Social. **Encerramento.** A Presidente agradeceu a
496 presença dos Conselheiros e demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária, com
497 apresentação de uma mensagem aos presentes. A presente ata foi digitada por Willian Binhara,
498 e lavrada por Regina Amasiles Rodrigues Costa. Depois de lida e aprovada, será anexada a
499 cópia da lista assinada pelos Conselheiros presentes nessa reunião.

500